

Minuta que normatiza Creas Juniores será avaliada no próximo mês

Presente nas propostas do Congresso Nacional de Profissionais (CNP), a regulamentação dos Creas Juniores parece perto de ser concretizada

No próximo mês o engenheiro agrônomo Kleber Souza Santos, conselheiro federal e coordenador do grupo que trabalhou na composição da minuta de regulamentação dos Creas-Jrs, submete a proposta à apreciação em sessão plenária. “Estamos confiantes na aprovação, visto que existe uma sensibilização quanto ao assunto e compreensão da importância de tratá-lo”, acredita.

Criados com o objetivo de estabelecer um sólido elo entre o Sistema Confea/Crea e os estudantes dos cursos da área tecnológica – bem como aproximá-los e prepará-los para a atividade profissional -, os Creas Juniores hoje atuam sob regimentos individuais e possuem estruturas – e, em alguns casos, nomenclaturas – diferentes.

As propostas inseridas na resolução foram discutidas com membros de todos os Juniores do país durante o período de um ano. “A resolução foi bem planejada, bem discutida”, conta Sérgio Martins, assessor de Planejamento do Crea/SC, onde a aprovação da minuta ajudará no trabalho de estruturação do Crea-Jr no estado, que já desenvolve pequenas ações em busca de aproximação com os estudantes. No final de maio o assessor participou em Brasília, juntamente com Assessor da Presidência do Conselho, Eng. Agr. e de Seg. do Trab. Leonel Ferreira Júnior, do encontro que reuniu estudantes representantes dos Creas Junior e conselheiros federais, para aprimorar o projeto que já vem sendo trabalhado em Santa

Catarina.

Para o recém-formado Fabrício Fróis, a proposta que normatiza a atuação dos Juniores traz benefícios. “A aprovação é um grande ganho para a classe, já que contribui para a consolidação do movimento e ajuda a definir metas estratégicas”, acredita Fabrício Fróis, participante do Grupo de Trabalho responsável pela minuta.

Um dos pontos do texto da resolução limita a atuação de recém-formados como membros atuantes do movimento. Fabrício, no entanto, minimiza a questão. “Aquele que já se formou pode continuar participando do Crea-Jr sem os mesmos poderes de decisão dos outros membros, embora o mais adequado seja que o recém-formado cadastre-se como membro do Crea, não do Crea-Jr”, opina.

Cléia Oliveira, participante da instância no Distrito Federal, onde é chamada de Crea-Jovem, discorda. “Com essa decisão perdemos a oportunidade de desenvolvermos ações que ultrapassem as questões técnicas; ações e projetos de caráter social e ambiental, que muitas vezes exigem a participação de um profissional já formado”, expõe. Apesar disso, reconhece a importância da iniciativa. “A padronização fortalece o sistema”, avalia.

Mesmo se aprovada, a normatização do movimento continua a depender da mobilização dos Juniores já existentes. “É preciso seguir o que a resolução determina para continuar a mobilização, a troca de experiências”, observa Fróis.

Tramitação – Depois da apreciação da Plenária, a proposta passa ainda por unidades do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia para análise de admissibilidade e legalidade, e, posteriormente, segue para consulta pública por parte de todos os Creas, num processo que pode levar pouco mais de um ano.

“Feito isso, haverá uma norma nacional para a padronização das ações dos Creas Juniores e um incentivo para a criação dos conselhos estudantis em todos os estados”, garante Kléber.